

Editorial

É com satisfação que apresentamos o terceiro número da Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense. Neste terceiro número, de forma coerente com a linha definida pelo Conselho Editorial, procuramos dar continuidade a uma reflexão sistemática sobre as trajetórias passada e atual da Economia e da Sociedade Fluminense, de forma a vislumbrar aspectos que condicionam o seu dinamismo no presente e a sua capacidade de transformação no futuro.

O conteúdo dos artigos que compõem esse número aponta para a importância de uma abordagem interdisciplinar na discussão sobre aspectos particulares do desenvolvimento fluminense, em suas múltiplas dimensões. As contribuições de pesquisadores de diversas instituições, com reconhecido nível de excelência, evidenciam que o compromisso com o caráter essencialmente acadêmico dessa discussão, pautado por princípios de autonomia crítica e rigor analítico, constitui um princípio básico de nossa política editorial.

As análises desenvolvidas nos diversos artigos desse número apontam para a vocação da revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense de se converter em um importante fórum de debates sobre experiências históricas e sobre a eficácia atual das políticas públicas nos seus diferentes campos, a partir do embasamento de reflexões teóricas rigorosas e da preocupação em fornecer subsídios concretos para atividades de planejamento. Neste sentido, o conjunto de artigos que compõem este número contemplam três dimensões particularmente importantes no esforço de reflexão sobre os rumos do desenvolvimento fluminense.

Uma primeira dimensão refere-se à discussão de desdobramentos da heterogeneidade produtiva sobre a viabilidade de uma trajetória de desenvolvimento que seja equilibrada do ponto de vista setorial e territorial e inclusiva do ponto de vista social, com maior potencial de geração de empregos, e que incorpore a capacitação produtiva e tecnológica em áreas dinâmicas, com potencial de criação de janelas de oportunidade que reforcem o processo de desenvolvimento. Esta perspectiva abrangente pode ser associada a três artigos que conformam esse número.

O primeiro deles, “Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000”, de Helcio de Medeiros Junior, discute importantes mudanças ocorridas na dinâmica territorial da economia fluminense, abordando os impactos de novos investimentos, particularmente aqueles vinculados à atividade de extração de petróleo, sobre as regiões receptoras desses investimentos e sobre aquelas limítrofes a elas, ressaltando possíveis desdobramentos desse padrão de especialização sobre a produtividade e a dinâmica territorial.

O artigo, “Desigualdade de renda e mercado de trabalho na metrópole e no interior do Rio de Janeiro”, de Valéria Pero, Adriana Fontes e Camila Ferraz, discute possíveis desdobramentos do padrão de especialização recente da economia fluminense sobre o mercado de trabalho e os níveis de desigualdade de renda, considerando tanto indicadores tradicionais, como o Coeficiente de Gini, como a análise dos diferenciais salariais entre diferentes níveis de escolaridade e entre diferentes tamanhos de firmas. Aponta, nesse sentido, que o Estado do Rio de Janeiro tem avançado menos que a média brasileira e que seus vizinhos do Sudeste em vários indicadores socioeconômicos, principalmente no que se refere à desigualdade de renda, a partir de um recorte territorial que compara tanto a evolução da região metropolitana fluminense em relação às outras regiões metropolitanas do país, como incorpora uma diferenciação entre a capital, o resto da região metropolitana (periferia) e área não metropolitana do Estado (interior).

O artigo, “Cooperação entre Estado e iniciativa privada na difusão do carro elétrico: a futura construção de uma fábrica de carros elétricos no Rio de Janeiro”, de Claudia do Nascimento Martins, discute possíveis impactos da exploração de novas tecnologias, que constituem importantes “janelas de oportunidade”, sobre a base produtiva existente no estado do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva de análise que ressalta a importância da adequação dos arranjos institucionais subjacentes. Aponta, nesse sentido, que a possibilidade de construção de uma fábrica de carros elétricos em Resende deve ser articulada à estruturação de relações de parceria entre os agentes envolvidos, em conjunto com um manejo adequado de incentivos governamentais e da realização de investimentos complementares ao longo de sua cadeia produtiva.

Uma segunda dimensão importante que pode ser identificada em artigos desse terceiro número da revista refere-se à discussão da eficácia das políticas públicas na área social, contemplando análises com ênfase específica nos setores de saúde e segurança. Esta discussão assume particular importância no contexto de ampliação e sofisticação das políticas públicas na área social, podendo ser associada a três outros artigos que conformam esse número.

O artigo “Aquisições no âmbito do Sistema Único de Saúde no Rio de Janeiro: o caso dos programas de atenção básica”, de Carla Zaire, Rondineli Mendes da Silva, e Lia Hasenclever, discute um importante aspecto relacionado à eficácia das políticas públicas na área de saúde, os programas de aquisição de medicamentos, comparando os valores de aquisição das compras de medicamentos dos programas de hipertensão, diabetes, asma, e rinite do Estado e do Município do Rio de Janeiro com aquelas do conjunto da Federação. A análise realizada demonstra que o Estado do Rio de Janeiro compra medicamentos a um preço unitário mais alto do que aqueles praticados pelo município e pelo Banco de Preços em Saúde, sugerindo que estas diferenças podem ser associadas à natureza dos procedimentos licitatórios e à realização de uma programação adequada das compras.

O artigo “Formulação e implementação da política de saúde no Estado do Rio de Janeiro”, de Silvia Gerschman e Débora Castanheira também discute a eficácia das políticas públicas na área de saúde, a partir de uma perspectiva mais abrangente. Analisa, nesse sentido, a formulação e a implementação da política de saúde no Estado do Rio de Janeiro (no período 2003-2012), ressaltando as limitações da capilarização do Sistema Único de Saúde (SUS) no nível estadual e apontando a necessidade de uma adequação da gestão estadual na operacionalização da política de saúde, que se contraponha aos desvirtuamentos identificados na implantação do SUS no Estado no tocante aos objetivos da descentralização e do aumento do controle social sobre a política de saúde.

O artigo “Da Polícia Especial até o BOPE e a CORE: as polícias do Rio de Janeiro e o desenvolvimento de suas unidades de elite”, de Thiago Pacheco, aborda um tema sensível no campo da discussão das políticas públicas na área de segurança pública, discutindo os impactos de diferentes modelos de organização das forças policiais sobre a eficácia daquelas políticas. Discute, nesse sentido, as origens institucionais das unidades de elite das polícias do Rio de Janeiro, ressaltando os desdobramentos da separação de seus agentes com relação ao restante da polícia sobre a eficácia das políticas de segurança pública, apontando as limitações desse modelo e ressaltando a necessidade de uma ampla mudança na cultura e treinamento da polícia como um todo e, no bojo dessas transformações, a importância da redefinição do papel dos policiais de elite dentro desta estrutura.

Uma terceira dimensão identificada nos artigos desse número da revista refere-se à relevância de uma base documental estruturada para a elaboração de análises históricas sobre as políticas públicas e sobre a base político-institucional que lhes dá sustentação. Este tipo de abordagem possibilita a incorporação dessas experiências ao repertório de conhecimentos dos gestores públicos, viabilizando a intensificação de processos de aprendizado que ampliam a capacidade do aparato institucional elaborar políticas com maior possibilidade de sucesso. Três artigos desse número trazem contribuições importantes nessa direção.

O artigo “O Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-1931) e a política fluminense de defesa do café na segunda metade da década de 1920: contribuição ao estudo de sua gênese e funcionamento”, de Almir Pita Freitas Filho, recupera uma experiência histórica importante de implementação de políticas públicas de responsabilidade do governo estadual no apoio ao setor agrário local na década de 20, antecipando o advento do intervencionismo estatal nessa direção que caracteriza a década de 1930.

O artigo “Produção Legislativa no primeiro governo Brizola (1983-1987)”, de Luís Felipe Guedes da Graça, aborda as relações entre os Poderes Legislativo e Executivo num momento histórico marcado por uma ruptura importante, o retorno da eleição direta para governadores em 1982. Constitui, nesse sentido, uma tentativa de

avaliar os governos estaduais no Brasil do ponto de vista da eficácia do arranjo político entre as instâncias legislativa e executiva, que teria desdobramentos importantes em termos da relevância da produção legislativa. Em particular, discute-se a capacidade do Executivo definir uma agenda legislativa própria em função de seus interesses particulares e qual a capacidade do Legislativo se contrapor a essa tendência.

Por fim, o artigo “Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)”, de Paulo Knauss de Mendonça, Mariana Batista do Nascimento, e Danilo André Bueno discute o processo de construção de uma política pública de arquivos e gestão de documentos no Estado do Rio de Janeiro, num contexto marcado pelo compromisso da democracia e da transparência pública.

O desenvolvimento Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ) é analisado numa perspectiva histórica, identificando-se os elementos constitutivos desse modelo, seus marcos legais, a metodologia aplicada e os principais resultados obtidos do ponto de vista da montagem de uma base documental estruturada que legitima o papel de autoridade arquivística e ressalta a importância da implementação de uma política estadual de arquivos públicos e privados. Aponta-se, nesse sentido, a importância da base documental dos arquivos públicos para o controle social do Estado e o compromisso com a transparência pública, ressaltando-se a necessidade dessa dimensão como política pública de Estado que não seja suscetível às mudanças de governo. Garantindo o lugar dos arquivos para a valorização do serviço público

O conjunto de artigos presentes neste terceiro número da revista ressalta a importância de uma abordagem multidisciplinar na discussão do desenvolvimento sócio-econômico-territorial da economia fluminense. A continuidade e o aprofundamento dessa discussão, a partir de análises que combinam o necessário rigor teórico com a elaboração de orientações e a sinalização dos limites das políticas públicas, constitui um compromisso básico que norteia nossa política editorial. Ao reafirmar esse compromisso, reiteramos também o convite à comunidade acadêmica para se engajar nesse processo.

Os editores,

Monica Simioni e Jorge Britto